

Vanda Anastácio

“Mulheres varonis e interesses domésticos” (Reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras da viragem do século XVIII para o século XIX)

Em 1858, Camilo Castelo Branco escreveu um pequeno artigo sobre a Marquesa de Alorna, no qual se pode ler a reflexão seguinte:

Em Portugal olham-se de revez as senhoras que escrevem. Cuida muita gente, aliás boa para amañhar a vida, que uma mulher instruída e escriptora é um aleijão moral. Outras pessoas, em tom de sizuda gravidade, dizem que a senhora letrada desluz o affectuoso mimo do sexo, a candida singeleza de maneiras, a adoravel ignorancia das coisas especulativas, e até uma certa timidez pudibunda que mais lhe realça os feitiços. Quer dizer que a mais amavel das senhoras será a mais nescia, e que a estupidez é um dom complementar da amabilidade do sexo oposto.¹

Camilo demarca-se, logo a seguir, do ponto de vista assim enunciado, apresentando D. Leonor de Almeida como uma prova de que é possível às mulheres serem “ilustradas” e cumprirem, simultaneamente, com aquelas que considera as ocupações próprias do seu sexo: o casamento e a maternidade². cremos, no entanto, que estas afirmações, que hoje nos fazem sorrir, devem alertar-nos para a necessidade de interrogar o discurso que a História Literária tem produzido sobre as mulheres escritoras. Ao fazê-lo, parece-nos que devemos ter em conta não apenas aquilo que foi dito mas, sobretudo, o silêncio que se fez cair, quer sobre estas mulheres, quer sobre alguns aspectos da sua actuação.

A reflexão que tem sido levada a cabo, desde meados do século XX, acerca do modo como a História é, de facto, construída pelo olhar do historiador e condicionada pelas suas categorias mentais torna-se fulcral neste contexto³. Como se sabe, a História Literária, enquanto disciplina autónoma, nasceu no século XIX e constituiu-se de acordo com um conjunto de ideias-chave do tempo, correspondentes à visão do fenómeno literário que tinham os pensadores românticos e positivistas. Acreditava-se que deveria ilustrar o espírito *nacional* e

incluir autores cuja vida e obra fossem consideradas *excepcionais*, *originais*, ou *patrióticas*. Temos hoje consciência de que esta forma de encarar a História Literária tem sido responsável pelo desconhecimento de parte considerável da Literatura produzida no passado, bem como pela constituição de um cânone redutor, no qual os “grandes homens” de cada época surgem de tal modo destacados em relação aos seus contemporâneos que, mesmo quando se tenta preencher esta lacuna com dados históricos, se perde, frequentemente, a percepção do contexto em que viveram, escreveram e foram lidos.

As palavras de Camilo Castelo Branco acima referidas satirizam aquele que era, de facto, na segunda metade do século XIX, o papel atribuído à mulher na sociedade portuguesa, que correspondia, aliás, à visão da ortodoxia católica⁴. Não é aqui o lugar para descrevermos de que modo a legislação, a ordem social, os costumes e as ideologias reflectiam, ao tempo, essa concepção do que deveria ser a actuação feminina. Baste-nos sublinhar que, no discurso manifesto de todas as instâncias invocadas, se encontram os mesmos *topo* (incapacidade, inferioridade, fragilidade) bem como as mesmas propostas de confinamento ao espaço doméstico, às tarefas conjugais e à maternidade, na dependência do pai ou do marido. Tendo em conta esta realidade, a primeira atitude do estudioso será, evidentemente, a de partir do princípio de que tudo se terá passado de acordo com esta imagem. Sabendo que a generalidade das mulheres não tinha acesso à educação, parece aceitável que, as que tinham, estivessem de tal modo limitadas que se conformassem com os seus papéis de esposas e de mães.

Mas a verdade é que, ao estudar a literatura produzida entre a segunda metade do século XVIII e os anos 30 do século XIX, tropeçamos continuamente em factos que parecem desmentir esta ideia.

MULHERES ESCRITORAS E VIDA SOCIAL

Em 1843, Francisco Joaquim Bingre, então com 80 anos de idade, redige um poema heróico em três actos, intitulado *As Mulheres*, no qual se refere a algumas escritoras suas contemporâneas. A Condessa do Vimieiro, a Condessa de Oeynhausen, a Viscondessa de Balsemão e Francisca Possolo da Costa são elogiadas nestes versos, que o poeta faz acompanhar por notas de pé de página onde se lêem observações extremamente interessantes para o investigador⁵. Diz-se, por exemplo, na nota correspondente à Condessa de Oeynhausen, futura Marquesa de Alorna:

A condessa de Nhausen [sic], grande Filósofa e grande poetisa lírica, mulher de abalizados talentos e de óptimas ideias liberais, *cuja casa frequentei algumas vezes com outros poetas do meu tempo*.⁶

Na nota relativa à Viscondessa de Balsemão, pode ler-se o seguinte:

D. Catarina, Viscondessa de Balsemão, mulher muito estudiosa e bela poetisa lírica *que muito frequentei e com quem tive muitos certâmens poéticos*.⁷

e, por fim, na nota que remete para os versos que tratam de Francisca Possolo da Costa, conta-se:

D. Francisca de Paula Possolo da Costa, nasceu em Lisboa a 4 de Outubro de 1783: foi dotada de muito talento e génio poético; pode dizer-se que foi a nossa Safo ou a nossa Corina. Corre um volume intitulado *Francília, Pastora do Tejo*, de harmónicos versos, por ela feitos: deixou impressas excelentes obras: entre elas a tradução da maravilhosa obra de madame de Staël, *Corina ou a Itália* e muitas outras, que correm nas mãos de todos. Era muito amável e de génio dócil e de suma política e *tanto ela como seu pai, Nicolau Possolo, e sua mãe, D. Maria do Carmo Correia de Magalhães foram muito da minha amizade*.⁸

Anos mais tarde, em 27 de Junho de 1848, o mesmo Francisco Joaquim Bingre escreve a José Maria da Costa e Silva uma carta de teor autobiográfico na qual lhe conta de que modo surgira a *Academia de Belas Letras* e a data aproximada em que conhecera Bocage:

n'esta epoca me demorei em Lisboa, aonde, com alguns meus antigos amigos, demos principio à nossa *Arcadia*, sendo eu e Belchior Curvo de Semedo Torres de Sequeira e Joaquim Severino Ferraz de Campos, as pedras fundamentaes d'ella; eu, primeiro socio, Belchior segundo, terceiro Joaquim Severino, que foi secretario da mesma Academia com o titulo de *Academia de Bellas Lettras de Lisboa*; e depois, vindo Bocage da India, tomou conhecimento de grande amisade commigo, e entrou para a nossa Academia, e muitos outros, *fazendo as primeiras sessões em casas particulares; e algumas no palacio da Condessa de Vimieiro*⁹; e todas as quartas feiras nos juntavamos em casa do Conde de Pombeiro no quarto do Caldas, chamadas as *Quartas-feiras de Lereno*, onde depois de um bello almoço se tocavam alguns instrumentos de curiosos e improvisava o Caldas cantando, e se liam as obras que faziamos para serem lidas na Academia, que foi a rogos do Intendente da Policia, Manique, transferida para o Castelo de S. Jorge, onde celebrámos grandes sessões, e fomos convidados para uma extraordinaria no Paço da Ajuda em obsequio do nascimento da Princeza senhora D. Maria Thereza, cuja oração da Presidencia foi feita pelo Doutor José Thomaz da Silva Costa Quintanilha, e a do fim por José Agostinho.... Eis aqui a origem da nossa Academia...¹⁰

Estes relatos de Francisco Joaquim documentam um facto frequentemente subvalorizado ou mesmo silenciado pelos historiadores literários: a intensa circulação de textos não

impressos que ocorre durante o período de que aqui nos ocupamos, através da recitação, da leitura em voz alta e, no caso da poesia, do improviso, em reuniões sociais frequentadas por homens e mulheres de letras, que têm lugar na casa de mulheres-escritoras. Estas reuniões, a que os contemporâneos davam geralmente o nome de “assembleias” ou “funções”, começam a estar na moda na década que se segue imediatamente ao terramoto de 1755 e a sua voga prolongou-se até perto da década de 40 do século seguinte.

Sabemos hoje um pouco mais sobre esta nova forma de sociabilidade posterior ao terramoto, graças aos trabalhos de Maria Antónia Lopes¹¹, Maria de Lurdes Lima dos Santos¹² e de Maria Alexandre Lousada¹³. De facto, como fica claro a partir dos documentos trazidos a lume pelas investigadoras citadas, este tipo de reuniões só foi possível num quadro de grandes modificações a nível dos costumes da sociedade portuguesa pois que, antes de 1750, as mulheres viviam em situação de verdadeira clausura doméstica, confinadas a uma parte da casa, podendo apenas sair para assistir à missa ou às cerimónias religiosas, sempre acompanhadas¹⁴. A documentação conservada indica que, ainda na década de 40, em banquetes solenes da corte, homens e mulheres comiam em mesas separadas não se misturando sequer, para dançar¹⁵. Em comparação com o quotidiano das mulheres que viviam no seio da família, a vida das freiras, na mesma época, era muito mais aberta ao intercâmbio social, pautada por festividades religiosas e celebrações de efemérides conventuais a que acorriam elementos do sexo oposto¹⁶. A mudança de atitude em relação ao convívio entre os sexos, que não deixou de ter, como é natural, opositores¹⁷, foi atribuída pelos contemporâneos à perturbação da ordem social gerada pelo terramoto, ao maior afluxo de estrangeiros que se verificou na viragem do século e a um maior conhecimento das “modas” de outros países, nomeadamente da França¹⁸.

Seja como for, o certo é que há mulheres-autoras que adquirem grande projecção, não só pelo talento que os contemporâneos lhes reconhecem mas, também, pelo papel “aglutinador” que desempenharam, reunindo à sua volta escritores, pensadores e personalidades ligadas ao poder. Trata-se, regra geral, de senhoras casadas, que abrem as portas de suas casas ao convívio literário e presidem, acompanhadas pelo marido, às “assembleias” que organizam. Oriundas, regra geral, da aristocracia ou da alta burguesia mercantil, sabemos os seus nomes, mas conhecemos muito pouco sobre as suas vidas e ainda menos sobre as suas obras, que ficaram quase totalmente por imprimir. Este facto não obstou a que os seus textos fossem conhecidos por aqueles que se interessavam pelas letras uma vez que, de facto, as reuniões que aqui nos ocupam constituíram um dos canais de difusão da poesia mais eficazes do tempo.

Organizadas com periodicidade regular (geralmente uma vez por semana), estas tertúlias incluíam, para além da divulgação oral de obras dos participantes, uma refeição ligeira, música,

canto e dança. Aparentemente informais, dirigiam-se, de facto, a um público seleccionado, que só acedia a elas através de alguém que já fosse frequentador. Criam-se, deste modo, círculos de relações afectas a certas casas, mas acontecia frequentemente que os mesmos poetas fossem admitidos em mais de um grupo. A literatura surge, assim, integrada num estilo de vida. Os textos adquirem uma vida própria, que não se confina à letra de forma, e integram-se numa forma de convívio social que distingue aqueles que dominam as suas regras, a sua técnica e a sua linguagem, daqueles que não a possuem. Na prática, quem sabe fazer poesia, improvisar e declamar tem acesso a círculos sociais que estão vedados àqueles que não nasceram no seio da aristocracia, por exemplo¹⁹. Por outro lado, se é um facto que estas reuniões abriram espaço ao intercâmbio e à discussão de ideias, não devemos esquecer que nelas também se consagravam autores e se faziam e desfaziam reputações literárias, pelo que funcionavam, também, como verdadeiras instâncias de legitimação.

UMA ACTIVIDADE DISCRETA. OS CASOS DE TERESA DE MELLO BREYNER E JOANA ISABEL FORJAZ

Recordemos alguns nomes.

Começemos por D. Teresa de Mello Breyner, nascida em 1739 e cuja data de falecimento permanece desconhecida. Condessa de Vimieiro, em 1766, pelo casamento, sabemos, graças ao testemunho de Bingre citado acima, que no final dos anos 80 presidia em sua casa a assembleias frequentadas pelos poetas da Nova Arcádia. Contudo, a julgar pelas menções que lhe fazem os seus contemporâneos, a sua actividade literária ter-se-á iniciado pelo menos dez anos antes. Os textos que lhe foram dirigidos por António Dinis da Cruz e Silva, António Ribeiro dos Santos, Nicolau Tolentino, Filinto Elísio e Domingos Maximiano Torres dão conta do intercâmbio poético que manteve com autores de diferentes gerações.

Amiga da família Almeida Portugal, Teresa de Mello Breyner visitou assiduamente as três senhoras Alornas (D. Leonor de Lorena, D. Leonor e D. Maria de Almeida Portugal) enquanto estiveram reclusas no convento de Chelas e foi, certamente, uma das responsáveis pela circulação das poesias da futura Marquesa de Alorna entre os literatos dos anos 70, que a correspondência desta última e os comentários dos homens de letras da época atestam²⁰. Mas, apesar da celebridade que adquiriu no seu tempo, a obra poética da Condessa do Vimieiro é quase desconhecida: sobreviveram apenas alguns poemas manuscritos ou incluídos em obras de outros autores²¹. Tendo concorrido de forma anónima com a tragédia *Osmia*, a um prémio instituído pela Academia das Ciências em 1788, vê-se vencedora mas, durante anos, houve dúvidas quanto à verdadeira autoria deste texto²². Viúva em 1793, retira-se para o convento

de Santos, no qual professa em 27 de Junho de 1794²³. Será Prelada desta instituição, onde se supõe que tenha permanecido até à morte. Os documentos preservados atestam ainda que D. Teresa se correspondeu com Frei Manuel do Cenáculo, conservando-se algumas das cartas que lhe dirigiu, entre 1780 e 1785²⁴.

Outra escritora que presidiu a assembleias na mesma época foi Joana Isabel de Lencastre Forjaz, que sabemos ter sido filha de um Fidalgo da Casa Real, nascida em 1745 e casada aos 13 anos (em 7 de Maio de 1758) com um homem 51 anos mais velho do que ela, de seu nome Fernando Martins Freire de Andrade e Castro, do qual terá tido cinco filhos²⁵. A sua actividade literária está documentada no início dos anos 70 e parece ter terminado abruptamente depois da morte do marido ocorrida, segundo se crê, por volta de 1775, desconhecendo-se a data do falecimento desta senhora. Entre os homens de letras que se lhe referem contam-se Nicolau Tolentino²⁶, Basílio da Gama²⁷, Caldas Barbosa²⁸, o Principal Botelho²⁹, Manuel Inácio Silva Alvarenga³⁰ e Alvarenga Peixoto³¹, tendo-se correspondido com José Anastácio da Cunha. Com efeito, na obra *História da Literatura Portuguesa. Os Arcades*, Teófilo Braga transcreve uma carta enviada pela poetisa àquele autor, encontrada entre os documentos do processo inquisitorial que lhe foi movido. Nessa missiva, datada de 1775, para além de acusar a recepção de poemas enviados por José Anastácio, Joana Isabel refere-se elogiosamente aos talentos literários deste afirmando: “os seus versos, que eu tenho lido muitas vezes, achando-lhe sempre uma nova beleza, bastam para dar um grande merecimento ao seu Auctor”³². Ainda segundo Braga, ao ser interrogado, pelo dito tribunal, acerca de hipotéticas relações de amizade com a poetisa, Anastácio da Cunha respondera que a havia visitado “algumas vezes por cerimónia e a tempo que estava assistida de outras visitas”³³, no que parece ser uma alusão à presença nas assembleias que aquela senhora organizava.

A correspondência inédita da Marquesa de Alorna dá a entender que teria existido, nos anos 70, uma rivalidade poética entre ambas, estimulada por grupos de poetas que tomaram um e outro partido, apesar de Alcipe viver então em Chelas e de, ao tempo da ocorrência, as envolvidas poucas vezes se terem encontrado³⁴.

Graças a Francisco Topa³⁵, que levou a cabo buscas em arquivos portugueses e brasileiros, conhecem-se duas cartas enviadas por Joana Isabel Forjaz a Frei Manuel do Cenáculo (em 1773 e em 1777), bem como cerca de 11 poemas atribuíveis a esta poetisa, havendo dúvidas, todavia, quanto à autoria de alguns³⁶. O *corpus* conhecido é ainda insuficiente, contudo, para se chegar a uma apreciação válida da sua obra.

Com a escassez de informações que possuímos acerca das escritoras que acabamos de mencionar, contrasta a relativa abundância de documentação respeitante à Marquesa de Alorna

(1750-1839) e a Francisca de Paula Possolo da Costa (1783-1838), as mulheres-autoras que maior intercâmbio poético mantiveram com os poetas do seu tempo. Sobre elas possuímos datas, obras e biografias mas, estas últimas, deixam em silêncio aspectos significativos da sua actuação que os documentos atestam, mas que não couberam, por assim dizer, nos parâmetros que o discurso historiográfico do século XIX e inícios do século XX estabeleceu para a imagem feminina.

DOIS CASOS DE “BRANQUEAMENTO” HISTORIOGRÁFICO:

I – A Marquesa de Alorna

A primeira biografia que se conhece da Marquesa de Alorna é a “Notícia Biográfica” que antecede a primeira e única edição das suas *Obras* completas, em 1844. Este texto, redigido por duas das filhas da autora, Henriqueta e Francisca, preocupa-se em exaltar a figura de Alcipe enquanto representante de uma classe, dedicando amplo espaço à sua genealogia e à do marido, enumerando as distinções e honrarias que lhe foram concedidas em vida pelo papa, por reis e por príncipes, assinalando a injustiça do seu cativeiro em Chelas e destacando a sua vasta cultura e a sua força de ânimo que qualificam, numa ocasião, de “varonil”³⁷. Esta primeira biografia, servirá de base às que se lhe seguiram e o adjectivo atrás mencionado, que, diga-se, pretende ser elogioso, será utilizado frequentemente, para caracterizar, como excepcional entre as mulheres do seu tempo, a figura da Marquesa. Assim faz A. A. Teixeira de Queirós em 1869, no capítulo que sobre ela redige na sua obra *Glórias Portuguezas*. Neste caso, o “ânimo varonil” surge associado não só à categoria da *nacionalidade* (foi a mulher que melhor representou o “sentimento e os costumes nacionaes”³⁸) mas, também, às qualidades que deveriam ornar o comportamento feminino: “ninguém fazia menor alarde de saber nem manifestava tão desaffecteda modéstia”³⁹.

Se Olga Morais Sarmiento no livro que dedica à *Marquesa de Alorna* em 1907 se abstém, de um modo geral, de pronunciar juízos de valor⁴⁰, já Maria Amália Vaz de Carvalho, que foi, como se sabe, a primeira mulher admitida na Academia das Ciências de Lisboa, apresenta, nesta instituição, em 1912, um estudo sobre Alcipe no qual afirma: “As duas qualidades predominantes desta inteligência de mulher são o vigor quasi viril do pensamento experimentado, e a extrema cultura adquirida em longos anos de prisão.”⁴¹. Como vemos, retoma o qualificativo anteriormente usado por biógrafos e críticos, mas avança, na sua reflexão, uma outra ideia: a das limitações impostas no tempo em que viveu Alcipe, à mulher autora. Diz, com efeito, numa tentativa de distanciamento do seu objecto de estudo: “[...] o

Portugal asfixiante e meio bárbaro do tempo não tinha lugar que oferecesse a uma mulher escritora, a uma mulher de talento superior e de alto e desanuveado critério.”⁴²

O facto de Alcipe ser mulher parece condicionar, também, a generalidade das apreciações que Teresa Leitão de Barros lhe dedica, num estudo biográfico acompanhado de reflexões sobre as suas obras em 1924⁴³. Refere-se-lhe, por exemplo, como uma “mulher extraordinária que, pela sua decidida influência sobre tantos talentos másculos, conseguiu ser entre nós a inconfundível representante da “haute gamme” feminina dos salões”⁴⁴. E, ao debruçar-se sobre a sua biografia, considera-a “regrada por uma vontade forte e perfumada por uma graça frágil” dizendo mesmo que a sua vida terá sido, em sua opinião, “a sua melhor obra” (p. 59). Confrontada com a vastidão da obra de D. Leonor de Almeida, não consegue deixar de ajuizá-la de acordo com a sua perspectiva do que deveriam ser a psicologia e o comportamento femininos, atribui à autora uma “febre de ostentação”⁴⁵ e profere esta terrível sentença:

se alguma cousa explica a sua extrema fecundidade poética, é antes o estímulo nascido duma natural emulação ou duma pequenina e bem humana vaidade que, uma vez que ela se encontrava arvorada em suprema intelectual feminina, não lhe permitiu emudecer a tempo ou esperar que um motivo de inspiração sincera e emotiva tocasse a sua arte dum vincado e agradável cunho de espontaneidade.⁴⁶

Em 1933, Hernani Cidade publica, também, um longo estudo sobre a biografia e a obra da Marquesa de Alorna marcado pela mesma visão do papel da mulher na sociedade, como se depreende da preocupação em sublinhar que a autora “Mesmo na sua obra literária, soube ser filha, esposa, mãe, irmã – e isto com uma espontânea ternura que, longe de se moldar pela página lida, antes desborda sobre a página a escrever.”⁴⁷. Ao estudar os textos de Alcipe, Cidade diz divisar neles a “Formosa e altiva silhueta em que a graça femenina se casa com aquela varonil energia que, evitando-lhe as deliquescências sentimentais, lhe inspira um nobre amor da cultura, da liberdade – e o ódio másculo contra o despotismo de que foi vítima”⁴⁸ no que parece ser uma tentativa de aglutinar, numa imagem única, características então consideradas como apanágio exclusivo de um ou do outro sexo. Por fim, retomando o mesmo adjectivo elogioso usado de passagem na primeira biografia de D. Leonor, considera-a possuidora de uma “Alma varonil, por hereditária constituição e pela têmpera que recebeu da vida.”⁴⁹.

Preocupados em fazer coincidir a vida e a obra de D. Leonor de Almeida com os limites reservados à mulher no discurso sobre o literário, os críticos que acabamos de recordar silenciaram os aspectos da sua actuação que não se enquadravam neles. Estão apenas agora a dar-se os primeiros passos na inventariação das suas leituras do período de juventude, surpreendentes pelo número de obras proibidas dos temas mais variados a que conseguiu ter

acesso. Ficou em silêncio, por exemplo, o facto de Alcipe ter presidido, apesar de ser solteira e reclusa, em Chelas, a “assembleias” que para além da irmã e da Condessa do Vimeiro, terão sido apenas frequentadas por elementos do sexo masculino, um fenómeno apenas possível pelo facto de esta ter sido encarada, então, como um símbolo da opressão e do despotismo do Marquês de Pombal. De facto, pelas próprias circunstâncias do seu nascimento, a vida desta escritora encontra-se intimamente ligada aos acontecimentos políticos da época em que viveu. D. Leonor de Almeida tinha disso perfeita consciência e procurou por diversas vezes actuar sobre o desenrolar dos acontecimentos. Todavia, continua por conhecer a verdadeira dimensão da sua actuação política. Desconhecem-se por exemplo, o seu grau de envolvimento com o general Forestier e a Contra-Revolução francesa, os verdadeiros motivos da sua expulsão do país por Pina Manique em 1802, porque razão não lhe foi permitido desembarcar em Lisboa em 1809, ou que actividades desenvolveu em Londres até 1814.

Os pressupostos que abordámos parecem também ter sido responsáveis por alguns juízos apressados, que os factos conhecidos parecem desmentir. Porque sempre se afirmou monárquica, a crítica pressupôs que D. Leonor de Almeida teria ideias conservadoras. No entanto, deu guarida a um liberal perseguido durante o governo de D. Miguel⁵⁰ e as suas “assembleias” foram frequentadas por literatos das mais variadas tendências contando-se entre eles, liberais, maçons, católicos, membros dos sucessivos governos anteriores e posteriores à Revolução de 1820 e ex-exilados de diversas épocas⁵¹. Outro juízo apressado parece ser o de que se manteve sempre fiel ao catolicismo dos seus antepassados, quando a leitura das suas obras e, até, da sua tradução de Lamennais, publicada em 1820 e apresentada como um “combate” contra “as maximas perniciosas que hoje seduzem a mocidade inexperta”⁵², revela uma preocupação permanente de conciliação entre os novos princípios filosóficos “revolucionários” com a doutrina da Igreja.

A Condessa de Oeynhausen procurará proteger-se, no entanto, de possíveis incompreensões dos seus contemporâneos, evitando publicar a sua poesia e seleccionando cuidadosamente as obras que dá à estampa, escolhidas segundo um critério que parece ter privilegiado aquelas que eram consideradas úteis, didácticas e de edificação⁵³. Dá a lume, durante a sua vida, trabalhos de alcance político como *De Buonaparte e dos Bourbons*, de Chateaubriand, 1814, de alcance teológico, como *Paráfrase dos Salmos* em duas partes, em 1817 e em 1833, bem como o *Ensaio sobre a indiferença em matéria de religião*, de Lamennais, em 1820. Somam-se a estas, obras de alcance científico e didáctico como as *As Recreações Botânicas* e as traduções dos textos *Arte Poética* de Horácio e do *Essay on Criticism* de Pope.

II – Francisca de Paula Possolo da Costa

Francisca de Paula Possolo da Costa, 33 anos mais jovem que D. Leonor de Almeida, nasceu em Lisboa, a 4 de Outubro de 1783. Filha de um homem de negócios, Francisca de Paula viveu num ambiente socialmente privilegiado, tendo tido acesso, na sua juventude, à educação que então se dava às mulheres do seu meio. Segundo António Feliciano de Castilho terá estudado música e francês e só mais tarde, por sua própria iniciativa, teria alargado o leque das suas leituras.

Tal como Joana Isabel e D. Teresa de Melo Breyner, foi depois do seu casamento com João Baptista Ângelo da Costa, em 1813, que Francisca Possolo da Costa conquistou um papel de relevo entre aqueles que se dedicavam, então, às letras. O marido, ex-oficial de Marinha que havia trocado a carreira na Armada pelo comércio, era mação e mantinha relações de cordialidade com os intelectuais e dirigentes políticos afectos ao liberalismo. Segundo testemunhos dos contemporâneos, havia um teatro particular na residência do casal, à Rua das Trinas, onde, para um público de familiares e amigos, eram representadas peças traduzidas ou adaptadas do francês por D. Francisca, que também nelas participava como atriz. Durante o período que medeou entre o seu casamento e a morte de João Baptista, a poetisa que aqui nos ocupa recebia com regularidade intelectuais e literatos de várias gerações, que animavam as “assembleias” organizadas em sua casa. Pelos seus salões passaram, a Marquesa de Alorna (1750-1839), Belchior Curvo Semedo (1766-1838), o Conde de Sabugal (1778-1839), Alexandre Herculano (1810-1877), António Feliciano de Castilho (1800-1875), Almeida Garrett (1799-1854), Domingos Borges de Barros, que viria a ser, mais tarde, Visconde da Pedra Branca e embaixador do Brasil em Paris, etc., num convívio que deixou marcas na História da Poesia e da Literatura Portuguesas. À imagem do que parece ter acontecido com a Condessa do Vimieiro e com Joana Isabel Forjaz, Francisca de Paula afastou-se da vida social depois da morte do marido, em 1829, retirando-se para uma quinta que possuía no Cartaxo, onde veio a falecer a 19 de Junho de 1838.

Para além do seu papel como mediadora cultural, propiciando o intercâmbio entre os homens e mulheres de letras seus contemporâneos, Possolo da Costa foi autora de uma obra multifacetada, com incursões em géneros, como o melodrama e a novela, que então não eram considerados da esfera feminina. Ao contrário da maioria das suas contemporâneas, esta escritora fez imprimir em vida grande parte das suas obras, mas fê-lo de modo quase anónimo, ou seja, assinando com as iniciais D.F.P.P.C. É o que se verifica, por exemplo, na recolha de poemas intitulada *Francília, Pastora do Tejo* (1816), a qual apesar de ter tido, a crer em António Feliciano de Castilho, uma tiragem de “pequeno número de exemplares” gratuitamente

distribuídos “por pessoas da sua amizade”⁵⁴ teve uma circulação considerável, sendo amplamente referida pelos escritores do tempo. O mesmo cuidado em assinar apenas com as iniciais se verifica na novela *Henriqueta de Orleans*, impressa em 1819 e com uma 2.^a edição em 1829.

Apesar desta manifestação da tal “modéstia” considerada na época como própria do seu sexo, D. Francisca de Paula deu o seu nome a três curtas antologias de poemas intituladas *Sonetos compostos por D. Francisca Possolo da Costa e Recitados no Real Teatro de S. Carlos* e vindas a lume em 1826 e 1827, onde se reúnem poemas de tom político e patriótico que a própria havia declamado, por ocasião da proclamação e juramento da Carta Constitucional, no Teatro de São Carlos, em Lisboa⁵⁵. Já em 1835, a mesma poetisa publicou ainda a tradução da obra *Corinna ou a Itália* de Mme de Staël.

A primeira e mais completa biografia que se conhece desta autora foi escrita por António Feliciano de Castilho em 1841⁵⁶ e está na base dos relativamente pouco numerosos trabalhos que ao longo do tempo lhe dedicaram alguma atenção⁵⁷. No entanto, a leitura atenta deste texto revela-nos que nele se processa um verdadeiro “branqueamento” da sua imagem, destinado a atenuar ou a eliminar aqueles aspectos julgados menos consentâneos com a actuação esperável de uma mulher. Castilho admite, por exemplo, que D. Francisca foi atriz, mas justifica-o como tratando-se de *uma prova do seu bom gosto* e acentua o facto de que apenas o fez em privado:

Outra prova do bom juízo e gosto de sua dona [do teatro, entenda-se] era (em meu entender) que, sendo, como ainda hoje é, costume geralmente recebido, que n'este genero de divertimentos particulares não figurem senão homens, não só representava ella, mas fazia representar aquellas de suas parentas e amigas, em quem sentia mais habilidade; e não havia n'isto inconveniencia, que era tanta a virtude das por tal mão escolhidas, o juizo dos com quem lidavam, as relações que entre todos havia, a probidade hereditaria da casa, e a vigilancia dos donos d'ella.

Por este modo, sem offensa dos bons costumes, nem quebra de fama, se evitava o mais sensabor de todos os sensabores inventos que ao mundo teem vindo, o mais desnatural, o mais absurdo e insoffrivel, que é o das *damas machas*.⁵⁸

Quando o mesmo crítico conta que a mesma senhora compunha poemas e organizava e presidia a assembleias em sua casa, não se esquece de sublinhar que esse facto não interferia com a sua *modéstia* contando que “Perante homens, se contentava de parecer mulher; entre mulheres, forcejava por se lhes egualar, encolhendo e dissimulando com muita industria a sua propria altura.”⁵⁹

Apesar de ter redigido poemas patrióticos em louvor de D. Pedro IV, da Carta Constitucional e da Liberdade, e de os ter recitado publicamente, como ficou dito, Castilho nega à escritora qualquer opinião política, afirmando: “De politicas opiniões não se havia aqui de falar, porque nem os homens fizeram a Politica para as mulheres, nem Deus as mulheres para a Politica.”⁶⁰, sugerindo mesmo que: “Seja para elles casa a praça dos comícios, o campo das pejejas civis, o alcáçar ainda mais tumultuario dos Parlammentos; que para ellas será cidade, reino, e mundo, a casa.”⁶¹.

Apesar da intensa actividade desenvolvida por esta mulher, como poetisa, novelista e tradutora, António Feliciano de Castilho parece querer reduzir ao mínimo o possível alcance da sua produção intelectual, quando conclui que, em sua opinião, as suas melhores obras foram, de facto, as que ela não escreveu. Diz, com efeito:

É a conversação uma sciencia difficultosissima, que participa de muitas sciencias, ou de todas, que nem se ensina nem se aprende, que tem mais visos de inspiração, que de industria, e cujo don é por ventura ainda mais raro, que o rarissimo de bem escrever. E este don, esta prenda, esta sciencia, possuia ella no summo grau, accrescentando o merito de bem dizer com a felecidade de uma voz clara, melodiosa, variada, e que por si mesma se matisava e temperava, mui ao natural, com as côres das ideias que representava, com o calor dos affectos que exprimia.

Por este modo as melhores, e, podemos dizer, as inimitaveis de suas obras, foram as que não escreveu, nem podia escrever.⁶²

EM CONCLUSÃO:

Procurámos, com esta breve panorâmica, reflectir um pouco acerca da situação paradoxal das mulheres autoras que viveram durante a segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX, as quais, apesar de terem conseguido aceder ao mundo das letras, viram ser-lhes negado um papel na sociedade. Neste contexto, parece-nos vir a propósito evocar uma afirmação feita por Mme de Staël em 1800, na obra *De la Littérature* em que compara a posição das mulheres escritoras do seu tempo à dos escravos libertos, considerados criminosos quando vão contra a ordem estabelecida, e permanecendo oprimidos quando se conformam com o seu destino. Diz, com efeito, das mulheres suas contemporâneas: “Leur destinée ressemble, à quelques égards, à celles des affranchis chez les empereurs; si elles veulent acquérir de l’ascendant, on leur fait un crime d’un pouvoir que les lois ne leur ont

pas donné; si elles restent esclaves, on opprime leur destinée.”⁶³. Sentindo na carne as dificuldades do espartilho social que lhe fora imposto pela sua época, a filha de Necker prediz um futuro melhor para as mulheres, no qual “legisladores filósofos” serão capazes de promulgar leis que estejam em harmonia com a sua “natureza” e com a esfera de acção que lhes será atribuída pela sociedade do porvir:

Il arrivera, je le crois, une époque quelconque, dans laquelle les législateurs philosophes donneront une attention sérieuse à l'éducation que les femmes doivent recevoir, aux lois civiles qui les protègent, aux devoirs qu'il faut leur imposer, au bonheur qui peut leur être garanti; mais, dans l'état actuel, elles ne sont, pour la plupart, ni dans l'ordre de la nature, ni dans l'ordre de la société.⁶⁴

Notas

1 Camilo Castelo Branco, “A Marquiza d'Alorna”, in *Esboços de Apreciações Literárias*, Lisboa, Livraria Moderna, 1903, p. 119 [1.ª edição: 1858].

2 Diz, com efeito, na mesma obra, p. 121: “Não pode absolutamente dizer-se que a mulher de esmerada instrução viva toda na sciencia e para a sciencia. Vão ver um exemplo legado por uma senhora de grande saber. A condessa de Oeynhausien, illustre portugueza, foi a um tempo filha extremosa, esposa desvelada, mãe estremecida, e escriptora de primeira plana entre os escriptores coevos, e a mais abalisada entre as senhoras que a litteratura portugueza considera suas valiosas contribuintes.”

3 Reflexões relevantes sobre estes aspectos da prática historiográfica são as que encontramos em Vitorino Magalhães Godinho “História e Ciências Sociais”, in *Ensaio III – Sobre Teoria e História e – Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa, 1971 e em Walter Benjamin “Theses on the Philosophy of History” in Hannah Arendt [org.] *Illuminations. Essays and Reflections*, New York, Schocken Books, 1968, 253-264. Tentámos esboçar uma síntese dos problemas que se colocam hoje ao historiador literário no artigo de Vanda Anastácio “Da História Literária e de alguns dos seus problemas”, in *Brotéria*, Lisboa, vol. 157, Julho de 2003, pp. 45-58.

4 Apenas a título de exemplo, recorde-se o modo como a mulher é mencionada por um contemporâneo de Camilo Castelo Branco, autor de uma extensa obra espalhada pela imprensa da época, o Pe. José Joaquim de Sena Freitas, que põe em palavras, na obra *Dia a Dia de um Espirito Christão. Aphorismos, e reflexões philosophicas sobre a religião, a moral, a sciencia, a litteratura, a politica, etc.*, Porto, Livraria Catholica Portuense, 1881, a concepção do Catolicismo vigente no tempo, segundo a qual, só a mulher virgem ou mãe poderia progredir no caminho da virtude. Lê-se, com efeito, na p. 24: “Deus fiou da mulher um mandato tão nobre quanto glorioso; ella é o anjo da família, e o anjo incarnado da terra.” e, na p. 100: “A virgindade e a maternidade são os dois triumphos da mulher,

um pela sua elevação acima da concupiscência da carne, outro pela effusão do seu amor santificado pela dedicação, sempre pronta a sacrificar-se pelo filho estremecido.”

5 *As Mulheres* é um poema heroico em três cantos (I: As Graças, II: As Armas, III: Os Amores) publicado por Vanda Anastácio, *Obras de Francisco Joaquim Bingre*, vol. II., Porto, Lello, (col. Obras Clássicas de Literatura Portuguesa), 2000, pp. 37-52.

6 Vanda Anastácio, *Op. Cit.*, p. 59. (Sublinhado nosso).

7 *Idem*, *Op. Cit.*, p. 59. (Sublinhado nosso).

8 *Idem*, *Op. Cit.*, p. 59. (Sublinhado nosso).

9 *Sublinhado nosso*.

10 Carta citada por Teófilo Braga, *Bocage. Sua vida e obra litteraria*, Porto, Chardron de Lello & Irmão, 1902, pp. 164-165.

11 Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade (A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

12 Maria de Lurdes Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1988.

13 Maria Alexandre Lousada, *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, Dissertação de Doutoramento (texto policopiado), Lisboa, 1995.

14 Maria Antónia Lopes, *Op. cit.*

15 Veja-se os documentos citados por Maria Antónia Lopes, *Op. Cit.*

16 Maria Antónia Lopes, *Op. cit.*

17 Dando origem a uma verdadeira enxurrada de peças satíricas de teatro de cordel, por exemplo. Cf.: Maria Antónia Lopes, *Op. cit.*

18 Maria Antónia Lopes, *Op. cit.*

19 Recorde-se, a título de exemplo, que nem Francisco Joaquim Bingre nem Bocage são de extracção nobre mas, apesar disso, frequentam os salões da alta aristocracia como o do Conde de Pombeiro, da Condessa de Vimieiro, da Viscondessa de Balsemão ou a Marquesa de Alorna.

20 Na miscelânea manuscrita que se preserva na Biblioteca Nacional de Lisboa com a cota COD.

21 Claude Maffre contribui com alguma informação sobre esta matéria no seu estudo sobre Nicolau Tolentino em *L'oeuvre satirique de Nicolau Tolentino*, Paris, Centre Culturel Gulbenkian, 1994.

22 Vejam-se as diferentes atribuições observadas nas obras de Ferdinand Denis, *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal, suivie du Résumé de l'Histoire littéraire du Brésil*, Paris, Lecoq et Durey, Libraires, 1826, Sismondi de Sismondi, *De la Littérature du Midi de l'Europe*, t. IV, Paris-Strasbourg, chez Treutel et Würtz, 1813 e Francisco Freire de Carvalho, no seu *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo, seguido de diferentes opusculos, que servem para sua maior illustração, e offerecido aos amadores da Litteratura Portugueza em todas as Nações*, Lisboa, Typografia Rollandiana, 1845.

23 A data é referida por Thereza Leitão de Barros, *Escritoras de Portugal. Génio feminino revelado na Literatura Portuguesa*, Vol. II, 1924.

24 D. António da Costa, *A Mulher em Portugal*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1892 o estudo mais completo e mais recente sobre Teresa de Mello Breyner é a dissertação de mestrado de Raquel Bello Vázquez, *Umha mulher na Viradeira*, Santiago de Compostela, 2001.

25 Para o estudo de Joana Isabel de Lencastre Forjaz é fundamental o trabalho de pesquisa de Francisco Topa, *A Musa Trovadora*, Porto, Edição do Autor, 2000.

26 Conhecem-se dois sonetos deste autor dirigidos a Joana Isabel Forjaz: “De infaustos parolins nunca vencidos” e “Por ti, senhora ilustre, ouvido e honrado”.

27 Basílio da Gama é autor do soneto dedicado à poetisa “A Idade, aquela idade que primeiro”. Segundo Teófilo Braga, o mesmo poeta teria ainda glosado um mote de Joana Isabel.

28 Um dos textos conhecidos de autoria mais segura da escritora é o soneto “Não me engana o espelho cristalino” que é uma resposta a um soneto de Caldas Barbosa.

29 Designação de um poeta amplamente referido na época e que, segundo Francisco Topa, *Op. Cit.*, corresponderá a Frei Botelho Torrezão.

30 Este poeta dedica-lhe, com efeito, a segunda redacção da sua écloga intitulada *O Canto dos Pastores*.

31 Trata-se dos poemas: “Nem fizera a Discórdia o desatino” Lapa 1960, p. 11; “De açucenas e rosas misturadas”, p. 12; “Chegai, Ninfas, chegai pastores” p. 13.

32 Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa. Os Arcades*, Lisboa, INCM, p. 260.

33 Teófilo Braga, *Op. Cit.*, p. 262.

34 O episódio é relatado por D. Leonor de Almeida numa carta não datada enviada ao pai, e dá conta da popularidade de que ambas gozavam entre os homens de letras da época. Cf.: correspondência inédita de D. Leonor de Almeida Portugal conservada no Arquivo do Palácio Fronteira. Documentos com as cotas [ALCPAI12] e [ALCPAI37].

35 Francisco Topa, *Op. Cit.*

36 De facto alguns destes poemas surgem em alguns testemunhos atribuídos à Condessa de Vimieiro e à Viscondessa de Balsemão. Cf.: Francisco Topa, *Op. Cit.*

37 Diz-se, com efeito, na p. XXVI: “Entrou na Hespanha pela estrada da Catalunha; passou pelo *Col de Balaguer*, onde foi assaltada por ladrões, de cujo perigo a salvou a sua presença d’espírito, e o seu animo varonil.”

38 A. A. Teixeira de Queirós, *Glórias Portuguezas*, afirma, com efeito, na p. 116: “Entre as mulheres do século passado, e no que vae correndo, representaram mais fielmente o sentimento e os costumes nacionaes foi a principal D. Leonor de Almeida, Marqueza de Alorna, a brilhante poetisa da velha monarchia, e a veneranda fidalga, honra da côrte portuguesa nos primeiros annos da dynastia constitucional.”

39 O mesmo autor afirma, de facto, *Op. cit.*, p. 153: “Foi das mais illustres entre as damas portuguezas do século passado e do presente. Ninguém conhecia melhor que ella as línguas mortas e vivas e a litteratura antiga e

moderna; ninguém fazia menor alarde de saber nem manifestava tão desaffectedada modéstia. Era ornamento da corte, honra da sua família e da pátria.”

40 Olga Moraes Sarmento da Silveira, *Mulheres Illustres. A Marqueza de Alorna (Sua influência na Sociedade Portuguesa (1750-1839))*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1907.

41 Maria Amália Vaz de Carvalho, afirma-o nas pp. 322-323 do trabalho intitulado: “A Marqueza de Alorna. A Sociedade e a Literatura do seu Tempo”, in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências*, Lisboa, Tip. Academia das Ciências, 1912, pp. 313-459.

42 Maria Amália Vaz de Carvalho, *Op. cit.*, p. 382.

43 Thereza Leitão de Barros, *Escritoras de Portugal. Gênio feminino revelado na Literatura Portuguesa*, Vol. II, 1924.

44 *Idem*, *Op. cit.*, p. 45.

45 *Idem*, *Op. cit.*, p. 61.

46 *Idem*, *Op. cit.*, p. 60.

47 A afirmação citada encontra-se na p. 52 da obra de Hernâni Cidade, *A Marqueza de Alorna. Sua vida e obras. Reprodução de algumas cartas inéditas*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1933.

48 *Idem*, *Op. cit.*, p. 77.

49 *Idem*, *Op. cit.*, p. 79.

50 Veja-se José Ribeiro de Guimarães, “Recordações da Marquesa de Alorna”, *Summario de Vária História*, Lisboa, 1874, pp. 213-216.

51 Alguns nomes que logo ocorrem são, Belchior Curvo Semedo (1766-1838), que era maçom e havia sido membro da *Academia de Belas Letras*, o do Conde de Sabugal (1778-1839), que havia combatido na Legião Portuguesa sob as ordens do irmão de Alcipe e estivera exilado nos Açores, e Francisco Freire de Carvalho (1779-1854).

52 Lê-se, com efeito, na “Dedicatória a ElRei N. Senhor” que precede o volume: “Pertence aos homens a gloria de derramar o seu sangue em defesa da Patria e serviço de Vossa Magestade; porém não he só com a espada na mão, que o serviço se cumpre, e a Patria se defende. Em hum seculo infeliz em que os estragos comprehendêrão não só as vidas, mas os costumes e os principios, e até soffreo a razão inauditos desvarios; julguei que devia dedicar os meus momentos a combater com as armas que tenho (e de que só posso usar) as maximas perniciosas, que hoje seduzem a mocidade inexperta, e que tem prejudicado tanto o genero humano.”, in Lamennais, *Ensaio sobre a Indifferença em matéria de Religião*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1820.

53 O Marquês de Ávila e Bolama, *A Marqueza d'Alorna. Algumas noticias authenticas para a história da muito illustre e eminente escriptora.*, Lisboa, Impr. Manuel Lucas Torres, 1916, cita excertos de cartas de Alcipe a sua sobrinha, D. Leonor da Câmara, nas quais deixa muito claro que não deseja publicar as suas obras.

54 António Feliciano de Castilho, “Notícia Literária acerca da Sra D. Francisca de Paula Possollo da Costa”, in Fontenelle, *Conversações acerca da pluralidade dos mundos*, 1841, pp. V-CXXXII reimpresso em *Idem, Vivos e Mortos*, Vol. I, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1904, (citamos por esta última edição) p. 154.

55 Impressas respectivamente em Lisboa, Imprensa da Rua dos Fanqueiros, 1826, Lisboa, Typographia de R. J. Carvalho, 1826 e Lisboa, Typographia de R. J. Carvalho, 1827. Conhece-se ainda a Tradução que D. Francisca de Paula Possolo da Costa realizou da obra de Fontenelle, *Conversações sobre a Pluralidade dos mundos*, (impressa postumamente, em 1841). Segundo A. F. de Castilho a autora teria ainda escrito a obra: *Carta do Conde de las Casas dirigida da Ilha de Santa Helena ao príncipe Luciano Bonaparte* da qual não se conhecem exemplares e, para além destas obras há notícia de duas comédias suas (*Ricardo ou a Força do Destino* e *O Duque de Clèves*) que terão ficado manuscritas. Cf.: António Feliciano de Castilho, *Op. Cit.*

56 António Feliciano de Castilho, *Op. Cit.*, pp. 61-155.

57 Inocencio Francisco da Silva, “D. Francisca Possolo”, *O Panorama*. Vol. II, série 2.^a, Janeiro-Dezembro 1843, pp. 109-110; *Idem*, “Francisca de Paula Possolo da Costa”, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 318; António da Costa, *A Mulher em Portugal*, Lisboa, Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1892, pp. 241-150; Thereza Leitão de Barros, “Francília e Natércia”, *Escritoras de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1924, pp. 93-105; Maria de Lurdes Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1988; Pedro da Silveira, “Francisca Possolo da Costa”, *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Caminho, 1997.

58 *Op. Cit.*, p. 95.

59 *Op. Cit.*, p. 147.

60 *Op. Cit.*, p. 149.

61 *Op. Cit.*, p. 149.

62 *Op. Cit.*, p. 153.

63 Mme de Staël, *De la littérature*, (1.^a edição: 1800), Paris, Flammarion, 1991, p. 332.

64 *Op. Cit.*, p. 332.

Bibliografia

- ANASTÁCIO, Vanda (2003), “Da História Literária e de alguns dos seus problemas”, in *Brotéria*, Lisboa, vol. 157, Julho, pp. 45-58.
- BARROS, Thereza Leitão de (1924), *Escritoras de Portugal. Génio feminino revelado na Literatura Portuguesa*, Vol. II.
- BENJAMIN, Walter (1968), “Thesis on the Philosophy of History” in Hannah Arendt [org.], *Illuminations. Essays and Reflections*, New York, Schocken Books, 253-264.
- BINGRE, Francisco Joaquim (2000), “As Mulheres”, in Vanda Anastácio, *Obras de Francisco Joaquim Bingre*, vol. II., Porto, Lello, (col. Obras Clássicas de Literatura Portuguesa), pp. 37-52.
- BOLAMA, Marquês de Ávila e Bolama (1916), *A Marqueza d'Alorna. Algumas notícias authenticas para a história da muito illustre e eminente escriptora*, Lisboa, Impr. Manuel Lucas Torres.
- BRAGA, Teófilo (1902), *Bocage. Sua vida e obra litteraria*, Porto, Chardron de lello & Irmão.
- BRANCO, Camilo Castelo (1903), “A Marqueza d'Alorna”, in *Esboços de Apreciações Literárias*, Lisboa, Livraria Moderna, p. 119 [1.ª edição: 18].
- CARVALHO, Francisco Freire de (1845), *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo, seguido de diferentes opusculos, que servem para sua maior illustração, e offerecido aos amadores da Litteratura Portugueza em todas as Nações*, Lisboa, Typografia Rollandiana.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1912), “A Marqueza de Alorna. A Sociedade e a Literatura do seu Tempo”, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências*, Lisboa, Tip. Academia das Ciências, pp. 313-459.
- CASTILHO, António Feliciano de (1904), “Notícia Literária acerca da Sra D. Francisca de Paula Possollo da Costa”, in Fontenelle, *Conversações acerca da pluralidade dos mundos*, 1841, pp. V-CXXXII reimpresso em *Idem, Vivos e Mortos*, Vol. I, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, pp. 61-155.
- CIDADE, Hernâni (1933), Hernâni Cidade, *A Marqueza de Alorna. Sua vida e obras. Reprodução de algumas cartas inéditas*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.
- COELHO, António Borges (1983), *Questionar a História*, Lisboa, Caminho.
- COSTA, D. António da (1892), *A Mulher em Portugal*, Lisboa, Companhia Nacional Editora.

- DENIS, Ferdinand (1826), *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'Histoire littéraire du Brésil*, Paris, Lecoq et Durey, Libraires.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1971), "História e Ciências Sociais", in *Ensaio III – Sobre Teoria e História e Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa.
- GUIMARÃES, José Ribeiro de (1874), "Recordações da Marquesa de Alorna", *Sumario de Vária História*, Lisboa, pp. 213-216.
- LAMENNAIS (1820), *Ensaio sobre a Indiferença em matéria de Religião*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- LOPES, Maria Antónia (1989), *Mulheres, Espaço e Sociabilidade (A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- LOUSADA, Maria Alexandre (1995), *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, Dissertação de Doutoramento (texto policopiado), Lisboa.
- MAFFRE, Claude (1994), *L'oeuvre satirique de Nicolau Tolentino*, Paris, Centre Culturel Gulbenkian.
- QUEIROZ, A. A. Teixeira de (1869), *Glórias Portuguezas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos (1988), *Intelectuais Portugueses na Primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1843), "D. Francisca Possolo", *O Panorama*. Vol. II, série 2.^a, Janeiro-Dezembro, pp. 109-110.
- SILVEIRA, Olga Moraes Sarmiento da (1907), *Mulheres Illustres. A Marquiza de Alorna (Sua influência na Sociedade Portuguesa (1750-1839))*, Lisboa, Livraria Ferreira.
- SILVEIRA, Pedro da, (1997) "Francisca Possolo da Costa", *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Caminho.
- SISMONDI, Sismonde de (1813), *De la Littérature du Midi de l'Europe*, t. IV, Paris-Strasbourg, chez Treutel et Würtz.
- STAËL, Mme de (1991), *De la littérature*, (1.^a edição: 1800), Paris, Flammarion.
- TOPA, Francisco (2000), *A Musa Trovadora*, Porto, Edição do Autor.
- VÁZQUEZ, Raquel Bello (2001), *Umha mulher na Viradeira*, (Dissertação policopiada), Santiago de Compostela.